



**Secretaria Nacional de Justiça**  
**Coordenação-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas**

## 8ª Reunião Ordinária do CONATRAP

### **A. Informações gerais:**

- **Data e horário:** 28 e 29 de maio de 2018.
- **Local:** Sala de Retratos do Ministério da Justiça e Sala de Treinamento Ana Paula Galdino, Shopping ID, DRCI/MJ, Brasília – DF.
- **Pauta:** posse dos novos membros do CONATRAP, validação da seleção pública do CONATRAP, conforme edital nº 1/2018, nº 3/2018 e nº 4/2018 e III Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (III PNETP)
- **Presentes:** Luiz Pontel de Souza (SNJ/MJ), Renata Braz Silva (SNJ/MJ), Lorena Meireles da Silva (SENASP/MESP), Priscila Santos Campelo Macorin (PF), Janaína Costa de Oliveira Gadelha (PF), Gilvando Guilherme de Albuquerque Andrade (PRF/MESP), Anita Cunha Monteiro (SPM), Claudia Giovannetti Pereira dos Anjos (MDH), Elias Emanuel Alves de Sousa (MDH), Stefane Natália Ribeiro e Silva (MDS), Nilsia Lourdes dos Santos (ASBRAD), Roberta Fernandes de Sousa (ASTRAL), Roque Renato Pattussi (CAMI), Rosita Milesi (IMDH), Marie Henriqueta Ferreira Cavalcante (IMDH), Marco Aurélio Sousa (Projeto Resgate), Adriana Garcia Piscitelli (PAGU), Cláudio Macedo de Souza (UFSC), Rosângela Maria Soares Santos (CNAS), Andréia Figueira Minduca (CONATRAE), Hugo Medeiros Gallo da Silva (CNIg), Luiz Alberto Matos dos Santos (CNIg), Neilton Araujo de Oliveira (CNS), Alessandra Vittoria Cortez de Oliveira (CNTur), Tathiane Araújo Aquino (LGBT-CNDC), Jeanne de Aguiar Pinheiro de Souza (RNPETP), Natália Vasconcelos Belarmino (JOCUM), Márcia Noll Barboza (MPF), Catarina von Zuben (MPT), Leonardo Cardoso de Magalhães (DPU), Fernanda Fuentes (UNODC), Graziella do Ó Rocha (colaboradora eventual), Ofélia Ferreira da Silva (consultora UNODC).

## **B. Resumo Executivo:**

### **1º Dia (28 de maio de 2018):**

#### **1. Abertura**

Às 09h00 do dia 28 de maio de 2018 foi dada abertura à 8ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – Conatrap, quando foram empossados seus novos representantes. Esclareceu-se que o Conatrap é uma instância colegiada de controle e participação social, de atuação permanente e institucionalmente vinculada ao Ministério da Justiça. Foi concebido em 2013, por meio do Decreto nº 7.901/2013, para aprimorar experiências sobre o enfrentamento ao tráfico de pessoas do Brasil; articular as atuações de entidades públicas e privadas sobre o tema; qualificar o processo de tomada de decisão da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e apoiar a Rede Nacional de Núcleos e Postos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

#### **2. Posse aos novos membros do CONATRAP**

Foram empossados os vinte e seis novos membros que comporão o Conatrap, para atuarem nos próximos dois anos.

#### **3. Fala de boas vindas do Secretário Nacional de Justiça e Presidente do Conatrap, Luiz Pontel**

O Secretário Nacional de Justiça e Presidente do Conatrap, Luiz Pontel de Souza, deu boas-vindas aos presentes e saudou o Ministro da Justiça, dizendo a ele que sua presença neste evento demonstra a sensibilidade e apoio institucional ao tema e à Secretaria Nacional de Justiça. Observou que se trata de cerimônia singela, porém de grande importância para o Conatrap, tendo em vista a retomada dos trabalhos do Comitê e que servirá para dar conhecimento às metas e orientações relativas à implementação do III Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

#### **4. Posse dos novos membros com a presença do Excelentíssimo Ministro de Estado da Justiça**

Na sequência, o Ministro da Justiça, Torquato Jardim, assinou o termo de posse dos novos membros do Conatrap, já previamente assinado pelos novos integrantes. Logo após, o Ministro da Justiça se pronunciou a respeito do evento, dizendo de sua admiração pelo voluntariado dos novos membros do Conatrap, pois considera o tráfico de pessoas uma das quatro maiores fontes de renda do submundo do crime, e que o Brasil está na rota de tráfico de pessoas, apesar de não haver números precisos a respeito do tema. Salientou que cabe ao Ministério da Justiça desenvolver meios de cooperação internacional para tornar eficaz o combate a esse tipo de crime. O Ministro informou que embarcaria, neste dia, para a Holanda, para tratar sobre assuntos correlatos ao tema, e disse que em junho de 2018 vai enfatizar outras viagens para também tratar do tema. O

Ministro Torquato Jardim pediu aos presentes que, juntos ao Ministério da Justiça, a órgãos de segurança pública e a organismos internacionais, encontrem medidas eficazes para conhecer melhor o assunto para tratá-lo de maneira mais eficaz.

## **5. Foto oficial**

Todos os representantes do Conatrap foram convidados a se posicionarem ao centro do salão para registro do momento em foto oficial.

## **6. Apresentação e Aprovação da Programação da Reunião**

A Coordenadora-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, Renata Braz, informou que a Coordenação-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas foi criada em setembro de 2017, já na gestão do Ministro Torquato Jardim, e sua presença neste evento demonstra o compromisso com a pauta do enfrentamento ao tráfico de pessoas e com a importância desta reunião, visto que o Conatrap passa por um momento de reformulação de seus trabalhos. A Coordenadora informou que o termo de posse será encaminhado aos membros, em momento oportuno, por meio digital. Em seguida, foi lida e aprovada a pauta e programação do evento.

## **7. Rodada de Apresentações**

Neste momento, todos se apresentaram, informando seus nomes e instituições que representam neste Comitê.

## **8. Validação do Procedimento de Seleção Pública de Entidades para o Conatrap (Edital nº 1/2018, nº 3/2018 e nº 4/2018).**

A Chefe da Divisão de Articulação da Rede e Gestão do Conatrap, Andréa Farias, informou que a Validação de Seleção Pública foi coordenada pelo Presidente do Conatrap, Luiz Pontel de Souza, para posterior aprovação do Comitê (ad referendum). Para a composição do Conatrap foi necessário fazer eleição com urgência, com a seguinte sequência de encaminhamentos: i) Edital nº 1/2018: tratou das regras da Seleção Pública, objetivando a seleção de sete vagas para organizações da Sociedade Civil, Institutos de Pesquisa ou Instituições Acadêmicas e uma vaga para uma organização da Sociedade Civil, representante de Comitês Estaduais e Distrital de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas; ii) Edital nº 3/2018: prorrogou o período das eleições; iii) Edital nº 4/2018: homologou o resultado final da Seleção Pública. Inicialmente foi contatada a Coordenação Geral de Desenvolvimento de Sistemas, para que desenvolvessem ferramentas para que o procedimento eleitoral fosse desenvolvido por meio virtual. Paralelamente, foi contatada a Assessoria de Comunicação Social para que desenvolvesse plano de comunicação para divulgação ampla a Seleção Pública. O processo passou por cinco etapas de trabalho: i) Inscrições (por meio de formulários on-line), ii) habilitação (com recursos), iii) seleção (eleições virtuais e recursos), iv) homologação do resultado final, v) indicação dos representantes (pelas entidades eleitas). Os procedimentos para a validação do procedimento de seleção pública das

entidades do Conatrap foram submetidos ao Plenário e aprovado por unanimidade.

## **9. Aprovação da Ata da 7ª Reunião Ordinária (maio/2017) e da I Reunião Extraordinária (janeiro/2018)**

Ressaltou-se que deveria ser aprovada por quem esteve presente nessas duas reuniões e foram aprovadas pelos participantes das referidas reuniões.

## **10. Apresentação das Ações em Andamento**

A Coordenadora-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, Renata Braz, informou que o projeto Glo.Act - Ação Global para Prevenir e Combater o Tráfico de Pessoas e o Contrabando de Migrantes tem sido responsável por financiar grande parte das atividades de enfrentamento ao tráfico de pessoas, tanto do Ministério da Justiça quanto de outras instituições brasileiras e internacionais.

Em seguida a Analista de Programa do UNODC/Glo.Act, Fernanda Fuentes, se pronunciou e informou que o Glo.Act é uma ação global contra o tráfico de pessoas e a exploração que ocorre no contrabando de migrantes. Trata-se de um programa financiado pela União Europeia e implementado pelo UNODC - Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, OIM e UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância, que ocorre em 13 países, sendo que na América Latina, foram selecionados o Brasil e a Colômbia. O Brasil aderiu ao Glo.Act em 5 de abril de 2017, através de um ofício do Ministério da Justiça, sendo ponto focal dos trabalhos a Secretaria Nacional de Justiça. A palestrante mencionou atividades desenvolvidas pelo Glo.Act no Brasil, tais como: i) Financiamento da 7ª Reunião do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas; ii) Apoio a um curso de capacitação em Cárceres, Mato Grosso, juntamente com o apoio da do CETRAP - Comitê de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Mato Grosso; iii) Apoio ao 1º Seminário Internacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes no Rio de Janeiro; iv) Financiamento do III Encontro da Rede Ibero-Americana de Procuradores Especializados Contra o Tráfico de Pessoas em nível de América Latina, Portugal e Espanha, que aconteceu em Cartagena – Colômbia; v) Apoio à DPU – Defensoria Pública da União, em um evento realizado em Roraima, de assistência a venezuelanos; vi) Apoio à ASBRAD - Associação Brasileira de Defesa da Mulher da Infância e da Juventude, na Ilha do Marajó, no Pará; vii) Apoio ao II Simpósio do Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, em Goiânia, Goiás, do qual saiu um plano regional para o enfrentamento ao tráfico de pessoas; viii) Apoio à SPM - Secretaria de Políticas para as Mulheres, na primeira reunião técnica de pontos focais da rede de dados sobre tráfico de pessoas, em Brasília, Distrito Federal; ix) Realização de menção de avaliação de diagnósticos em parceria com a DPU, em Corumbá, Mato Grosso do Sul, da qual deve nascer atividade visando a questão do tráfico de pessoas, incluindo o contrabando de migrantes; x) Apoio à implementação do Protocolo da RENAME - Relação Nacional de Medicamentos Essenciais, da Secretaria de Políticas para as Mulheres. As apresentações feitas neste evento foram disponibilizadas aos presentes.

Em seguida, Renata Braz apresentou a equipe de trabalho da Coordenação-Geral de ETP e também o mapa da Rede Nacional dos Núcleos e Postos de Atendimentos, nos Estados. São 17 núcleos instalados em 16 Estados, sendo que o Estado de Pernambuco possui dois núcleos, visto que um núcleo é municipal. Informou que a principal atividade trabalhada pela Coordenação tem sido o apoio à construção do III Plano Nacional e a seu respectivo lançamento previsto para a primeira semana de julho de 2018. A oradora fez uma explanação sobre o desenvolvimento dos trabalhos do III Plano Nacional, e apresentou outras atividades que estão sendo desenvolvidas pela Coordenação: i) Realização da 14ª Reunião da Rede, prevista para acontecer em julho de 2018; ii) Realização da 4ª Reunião da Comissão de Trabalho em Matéria de Tráfico de Seres Humanos no Âmbito da CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em setembro de 2018; iii) Implementação do Mecanismo de Articulação para Atenção a Mulheres em Situação de Tráfico Internacional no Âmbito do Mercosul; iv) Redesenho do curso em EAD – Ensino à Distância sobre tráfico de pessoas, que será disponibilizado na plataforma da Senasp - Secretaria Nacional de Segurança Pública; v) Implantação de núcleo do Conatrap no Mato Grosso; vi) Realização da 5ª Semana de Mobilização. Desafios da Coordenação Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas enfrenta: i) Finalização, no mês de julho de 2018, do processo de construção do III Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, com destaque para o aprimoramento da coleta e processamento dos dados sobre o tema do tráfico de pessoas; ii) Implementação da Lei 13.344, de outubro de 2016, que dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas; iii) Ampliação da Rede de Núcleos e Postos de Atendimentos; iv) Capacitação permanente dos agentes públicos e sensibilização da sociedade.

### **Em seguida, a Plenária se manifestou sobre o tema em questão**

1) Jeanne De Aguiar Pinheiro De Souza (NETP/PE) sugeriu que os Coordenadores de Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que são Tutores da SENASP/EAD, possam ser liberados para Tutorar a Disciplina Tráfico de Pessoas na Plataforma EAD da SENASP. Ao que Renata Braz informou que o curso está em fase de reformulação de conteúdo.

2) Cláudio Macedo de Souza (UFSC) questionou sobre de que maneira Ministério de Justiça poderia auxiliar na criação de Núcleos e Postos, no Estado de Santa Catarina, e também qual a diferença entre Núcleos e Postos. Ao que Renata Braz informou que os Núcleos trabalham em nível governamental de articulação política e os Postos são instrumentos de atendimento às vítimas de tráfico de pessoas. Explanou que Santa Catarina tem sido apoiada pelo núcleo do Paraná, mas o Ministério da Justiça pode apoiar com a formalização de um convênio, a partir da vontade do Estado em implementar esse núcleo. Cláudio Macedo sugeriu haver esforço tanto do Comitê como do Ministério para acionar os setores governamentais estaduais para estimular a construção de Postos e Núcleos em todos os Estados.

3) Andréia Figueira Minduca (CONATRAE) sugeriu a criação de Comissões nos Estados. Renata Braz informou que a Coordenadora anterior de Enfrentamento

ao Tráfico de Pessoas já fez um exercício similar a esse sugerido, que resultou em acordos de cooperação técnica, mas nem todos os Estados quiseram assinar tais acordos.

4) Rosângela Maria Soares dos Santos (CNAS) sugeriu que o Conatrap oficie os Estados e informe quais trabalhos tem realizado. Propôs reflexão sobre o Regimento Interno e o Decreto e que seja discutida a visibilidade do Comitê. Renata Braz sugeriu que os novos membros do Comitê assumam o trato dessas questões apresentadas.

5) Lorena Meireles da Silva (SENASP) lembrou que o EAD/Senasp que já tinha a temática do tráfico de pessoas, era uma ferramenta bastante útil para capacitação de Policiais Militares e Cíveis, Bombeiros Militares, Guardas Municipais, Policiais Rodoviários Federais, Agentes Penitenciários Federais e Estaduais. Os cursos EAD estão passando por um processo de seleção, bastante rígido e com caráter eliminatório para os tutores.

6) Nilsia Lourdes dos Santos (Asbrad) disse que o Ministério da Justiça está distante da sociedade, sendo que os assuntos tratados aqui são questões trabalhadas na ponta. Considerou importante dar visibilidade de fato ao Conatrap, assim como rever a disponibilidade de recursos financeiros para a realização das reuniões. A oradora questionou ao Secretário Nacional de Justiça e Presidente do Conatrap, Luiz Pontel de Souza, sobre os resultados da 4ª Reunião da OEA - Organização dos Estados Americanos, realizada no Itamaraty, em dezembro de 2014, que tratou do realinhamento da agenda do tráfico de pessoas entre os países do Cone Sul. Sobre o questionamento, o Secretário respondeu que assumiu a Secretaria há pouco mais de dois meses e está se apropriando de todos os assuntos pertinentes ao Comitê. Lembrou dos desafios enfrentados pela Secretaria: i) Política de Enfrentamento do Tráfico de Pessoas; ii) Política Migratória no Brasil; iii) Comitê Nacional para os Refugiados; iv) Política da Classificação Indicativa; v) Política de Cooperação Internacional; vi) Extradicação; vii) Expulsão; viii) Adoção internacional; ix) Subtração de menores internacionais. Ressaltou que o Ministério da Justiça também tem outras políticas públicas em outras áreas, e não se limita apenas aos trabalhos do Conatrap. O Secretário lembrou da dificuldade financeira vivida pelo País, o que traz limitações orçamentárias à Secretaria, e, por conseguinte, ao Comitê também, mas que esse assunto é tratado com o Ministro da Justiça, na medida do possível, para implementação de ações e políticas.

Seguindo, Renata Braz informou que a divulgação dos trabalhos do Conatrap tem sido através dos canais disponíveis pelo Ministério da Justiça, como o site e Facebook, mas essa tarefa não deve ser só do Ministério, pois cabe a cada membro do Conatrap repassar aos seus suplentes e demais pessoas envolvidas com os assuntos tratados aqui. Para dar agilidade aos trabalhos, foi sugerida a realização de reuniões virtuais do Comitê. Sobre a 4ª Reunião da OEA, disse que está sendo feita identificação de legislações de cada país membro, que será enviado ao Conatrap para este validar o documento. O documento ainda não chegou oficialmente ao Ministério da Justiça, mas assim que chegar será disponibilizado aos membros do Conatrap. Informou que a 5ª Reunião aconteceu em março de 2018, em Washington, mas o MJ não pôde comparecer por

restrições orçamentárias. Na ocasião, o Brasil foi representado pelo Adido do Brasil naquele país e pelo MRE – Ministério das Relações Exteriores.

## **11. Apresentação do Processo de Construção do III Plano e da Metodologia do Trabalho para o Período da Tarde**

A Consultora do UNODC/Glo.Act, Ofélia Ferreira da Silva, explicou como se deu a dinâmica de trabalho para o processo de construção do III Plano, que seriam marcos que asseguram consistência, qualidade e a sobrevivência do tema. Segundo ela, o enfrentamento ao tráfico, no Brasil, se dá por ciclos: i) Ciclo de Enfrentamento - marcado pelo início e pelo fim dos planos operativos, que são as metas executadas pelo Grupo Interministerial como gabinete de executores de políticas que opera a implementação completa do Conatrap. O processo participativo assegura que outros membros futuros terão a memória dos acontecimentos anteriores do Comitê. ii) Multi-Institucionalidade – envolvimento com diversos comitês e políticas, tornando o enfrentamento ao tráfico de pessoas mais desafiador; iii) Ações e redes do processo de articulação - implica que a prevenção, assistência à vítima, responsabilização sejam uma combinação protocolar acordada entre os atores envolvidos com o tema; iv) Analisar as memórias dos ciclos anteriores – forma de aprendizado, que assegura as conquistas dos ciclos anteriores; v) Prevenção, assistência à vítima, responsabilização e repressão ao tráfico deve ser uma combinação protocolar acordada entre os atores - grande desafio desde o primeiro ciclo. No processo de construção do III Plano foram 180 pessoas, em diferentes oportunidades e ocasiões de convocatória, que participaram da elaboração de proposições. Temas que recorrentemente aparecem como demanda dos atores que militam na área: i) Integração da operação sobre o trabalho escravo ao enfrentamento ao mesmo e ao tráfico de pessoas; ii) Articulação nos três níveis de Governo, especialmente atuando nas fronteiras; iii) Fortalecimento das Redes de Núcleos e Postos; iv) Gestão da informação. Em um exemplo, a oradora informou que no segundo ciclo havia a expectativa da possibilidade de se criar um sistema de informação específico e particular para gerenciar ETP - Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, mas não houve condições para isso, segundo ela. O terceiro ciclo traz uma visão um pouco diferente de como gerenciar informações em relação ao tráfico de pessoas, pois ao invés de o gestor da política querer que todos alimentem um único sistema, seria o caso de que a política e o trabalho sobre ETP seja internalizado e incorporado em sistemas de outros atores. Em seguida, foram dadas informações de como seriam os trabalhos na parte da tarde.

## **12. Dúvidas e esclarecimentos**

1) Beth Fernandes (ASTRAL) destacou a importância do diálogo com os gestores que estão na ponta, que tratam diretamente com as vítimas do tráfico de pessoas.

Antes do intervalo, os participantes formaram Grupos de Trabalhos, para, após o almoço, tratarem de temas diversos e pré-definidos para esta reunião.

Encerrando este momento da reunião, o Secretário Luiz Pontel de Souza agradeceu a presença e todos, falando de seu contentamento em ver o

envolvimento todos os presentes com os trabalhos. Justificou sua ausência, na parte da tarde, por haver outros compromissos já agendados.

Após o intervalo para almoço, se reiniciam os trabalhos, com as atividades nos Grupos de Trabalho, que consistiram na leitura das metas do III Plano em sua versão atual, identificação de nomes de atores que poderiam se envolver positivamente para a entrega de cada meta, e a identificação de regiões, estados ou municípios onde seria mais factível a execução de cada meta. Os resultados deste trabalho em grupos se apresenta no ANEXO a esta ATA.

Pela metodologia de circuito para produção de subsídios, em que todos os participantes circulam por todos os temas e todos os grupos, os GTs resultaram em um conhecimento mais aprofundado por parte dos participantes sobre o que se está propondo implementar através de distintas políticas pública. Com maior conhecimento e na oportunidade de um debate multistitucional, os participantes fizeram sugestões em relação a como executar cada meta. As sugestões feitas para cada eixo do III Plano foram agrupadas a seguir:

1) Eixo I – Fortalecer os organismos CRAS - Centro de Referência de Assistência Social e CREAS - Centro de Referência Especial de Assistência Social. ii) Conatrap se transformar em Conselho Nacional Deliberativo. iii) Fortalecer pressão sobre o Governo para ratificar a Convenção e ter instrumento internacional de cobrança de ações. iv) Na meta 1.6, abrir edital para universidades que se interessem em realizar o diagnóstico nacional; v) Meta 1.12, publicizar as informações e criar um observatório sobre empresas e não criar projetos sobre punição. vi) Meta 1.2, acrescentar identidade de gênero, pessoas trans, travestis, mulheres e homens transsexuais. vii) Meta 1.5, envolvimento de atores como DPU – Defensoria Pública da União, OAB - Ordem dos Advogados do Brasil, Conselhos Regionais e Federais de Psicologia e Medicina, visando o fortalecimento da Rede Núcleos e Postos. viii) Meta 1.2, dar enfoque ao debate de gênero, e envolvimento dos membros do Grupo Interministerial. ix) Meta 1.4, considerar a Conatrap como um dos demais atores envolvidos na temática. x) Tornar o aplicativo Mapear público.

2) Eixo 2: i) Meta 2.3, inserir no escopo do Plano a perspectiva de diagnóstico com olhar do eixo de repressão, rotas, perfil do criminoso metodologia de aliciamento. ii) Meta 2.5, realização de documentário para visibilizar a atuação conjunta desses dois crimes. iii) Meta 2.3, distinguir parceria e colaboração. iv) Meta 2.8, atendimento em outros idiomas e capacitação dos atendentes do Disque 100 e Disque 180 para qualificação da denúncia. v) Meta 2.4, inserção da questão de vacinação e imunização, órgão responsável na coluna do como, a exemplo a ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária e Departamento de Vigilância Sanitária e em toda meta que envolva pesquisa deveria ter como parceiros órgãos e instituições que concedem bolsas para pesquisadores.

3) Eixo 3: i) Não limitação da meta 3.8 ao pacto universitário. ii) Exclusão da meta 3.7, por ausência de compartilhamento do referido projeto. iii) Meta 3.1, capacitar agentes do Disque 100 e Disque 180.



4) Eixo 4: i) Propor a responsabilização penal de pessoas jurídicas e cíveis envolvidas no tráfico de pessoas. ii) Rever a redação da meta 4.11, pensando em como será implementada a mesma. iii) Promover a investigação criminal de tráfico de pessoas também se utilizando do ambiente virtual. iv) Rever a redação da meta 4.1, pois a palavra “recomendação” está gerando dúvidas. v) Olhar a meta 4.6, e ver a diferença entre “medida restritiva e administrativa.” vi) Caracterizar e explicitar a diferença conceitual entre realizar, apoiar e colaborar referente à meta 4.1.

5) Eixo 5: i) Meta 5.9, não é factível. ii) Meta 5.8, chamar atenção para as desigualdades traduzidas na articulação entre gênero, raça, idade, sexualidade, classe e nacionalidade. iii) Meta 5.2, perguntar ao MRE – Ministério das Relações Exteriores. iv) Meta 5.8, não particularizar somente vulnerabilidades de gênero.

6) Eixo 6: i) Meta 6.5, transformar a cartilha em histórias em quadrinhos para distribuir nas escolas. ii) Meta 6.2, incluir a escuta qualificada no conteúdo programático dos cursos de graduação após a criação dos parâmetros. iii) Meta 6.2, definir parâmetros de forma multidisciplinar com profissionais de psicologia, assistentes sociais, dentre outros, considerando a realidade social. iv) Meta 6.3, além dos crimes ambientais, estudar outros crimes controlados como o tráfico de drogas, transbiológicos e sequestros. v) Desenvolver atividades para prevenção como educação, informação, teatro e música.

Foi proposto que os presentes acrescentem outros itens, caso desejem, à lista acima elencada. Observou-se que as sugestões acima apresentadas serão analisadas pela Tripartite e pelo GI como parte do processo de implementação das metas, assim sendo não configuram necessária e automaticamente parte do III Plano.

### **13. Encerramento**

Encerram-se os trabalhos do dia com agradecimentos aos presentes pelo empenho dedicado aos trabalhos.

### **2º Dia (29 de maio de 2018):**

#### **1. Início dos Trabalhos**

Às 09h00 do dia 29 de maio de 2018 reiniciaram os trabalhos, quando a Coordenadora-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, Renata Braz, cumprimentou os presentes e deu boas vindas a todos, falando da importância da presença do Ministro da Justiça no início dos trabalhos, no dia anterior. Em seguida, fez uma pequena explanação da pauta dia.

## **2. Breve Apresentação das Entidades Recém-Eleitas:**

1) UFSC - Cláudio Macedo de Souza apresentou o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Grupo Direito Penal Internacional, certificado pelo CNPq - Conselho Nacional de Pesquisas e pela UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina. O Grupo foi criado inicialmente para investigar crimes transnacionais, e com a alteração da Lei Penal, voltou seus trabalhos e pesquisas também para o tráfico de pessoas. O objetivo inicial era analisar o processo de harmonização para verificar de que maneira se dava a incorporação da normativa internacional ao direito penal interno. O orador passou a informar os diversos trabalhos desenvolvidos pelo Grupo.

2) Projeto Resgate – Marco Aurélio Sousa informou que o Projeto Resgate foi fundado há doze anos, em São Paulo, com o objetivo de atender brasileiras exploradas em Zurique, Suíça. A maioria daquelas mulheres era de Goiânia, Goiás. Com o tempo, o Projeto ampliou seus trabalhos para auxiliar no retorno voluntário de pessoas que quisessem voltar para o Brasil, tanto daquele país como de outros. Informou que os trabalhos realizados pelo Projeto são, principalmente, de resgate de vítimas de tráfico de pessoas.

3) ASBRAD – Nilsia Lourdes dos Santos (Asbrad) focou sua fala na satisfação em participar do Comitê, enfatizando que este não pode ser apenas um comitê simplesmente, mas sim deve ser um conselho deliberativo com poderes de decisão. Informou que Associação Brasileira de Defesa da Mulher da Infância e da Juventude é uma instituição com mais de 20 anos de existência, trabalhando em favor de pessoas em situação de vulnerabilidade, dando atenção especial às mulheres, crianças e adolescentes. Foi apresentado as áreas de atuação da Associação e seus trabalhos realizados.

4) ASTRAL/Goiás – Beth Fernandes falou que a Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros de Goiás completou 18 anos, em 2018. A Associação tem a missão de cuidar da população de travestis que sofrem exploração comercial e sexual, passando pelo tráfico de pessoas também. Relatou que quando chegou na instituição, a organização estava em um momento ruim, e hoje esta é a única instituição do Centro Oeste que tem sede própria, veículos, salas e núcleos de atendimentos. A oradora passou a contar parte dos trabalhos e experiências vividas pela Associação, referindo-se ao Projeto Casulo criado a partir da Associação, que tem o objetivo de apoiar as vítimas de tráfico de pessoas. Em seguida, Tathiane (Representante do CNCD/LGBT) se manifestou, informando que as travestis são levadas para outros países de forma consentida e não enganadas porque a morte social provocada pelo Brasil a essas pessoas é mais dura do que a tentativa de uma nova vida, com o intuito de voltar com poder aquisitivo e ser respeitada por suas famílias e pela população em geral.

5) IMDH/Brasília - Irmã Rosita Milesi apresentou o Instituto Migrações e Direitos Humanos, o qual tem uma trajetória na área do enfrentamento ao tráfico de pessoas e apoio a pessoas que retornavam da Europa, tanto as vítimas de tráfico quanto as pessoas que retornavam espontaneamente. Após relatar alguns trabalhos realizados pelo Instituto, a oradora informou alguns projetos concretos

nos quais o IMDH trabalha: i) enfrentamento ao tráfico de pessoas; ii) parceira com a Rede Um Grito pela Vida; iii) parceria com a Fundação da Comissão Episcopal Especial Pastoral para o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; iv) membro da Rede Clamor, formada no âmbito da América Latina, em apoio ao enfrentamento ao tráfico de pessoas. Renata Braz falou que um dos desafios do III Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas é o registro e dados das pessoas, pois sem essas informações não se consegue fazer política pública. Beth Fernandes ressaltou que as denúncias recebidas pelos Disque 100 e Disque 180 podem servir como dados concretos também.

6) PAGU/Campinas – Adriana Piscitelli falou que o Núcleo de Estudos de Gênero é um centro de pesquisas vinculado à Reitoria da Unicamp – Universidade Estadual de Campinas, e existe há 25 anos como especialista em trabalhos na área de gêneros e de sexualidade, sendo uma das linhas de pesquisa a questão do tráfico de pessoas. Os trabalhos do Núcleo são puramente acadêmicos, e a prática teórica e política do Núcleo é uma forma de ativismo. Disse que PAGU teve colaborações, no início da década de 2000, da Secretaria Nacional de Justiça e parcerias com o UnoDC, e que as equipes de trabalho são formadas por pesquisadores e estudantes de mestrados, doutorados e pós-graduação. Durante os anos de existência do PAGU, foi formada uma rede de pensamentos críticos sobre a produção de conhecimentos sobre tráfico de pessoas no Brasil, com pesquisadores atuando em Florianópolis, Uberlândia, Rio de Janeiro e em outros países da América Latina e países europeus. Atualmente o Núcleo trabalha na produção de um livro que fala sobre crime, fronteira, gênero e tráfico de pessoas, baseado em um projeto realizado entre 2012 e 2016. Outros projetos estão sendo preparados, um com o objetivo de acompanhar os efeitos e impactos da promulgação da nova lei de tráfico no Brasil e outro voltado para o acompanhamento da liberdade das mulheres de estrangeiras presas no Brasil e mulheres brasileiras presas na Espanha. Renata Braz falou da importância de entender a nova lei de tráfico no Brasil e qual seu papel na garantia de direitos.

7) CAMI/São Paulo - Roque Pattussi informou que o Centro de Apoio ao Migrante foi fundado em 2005, pelo SPM – Serviço Pastoral dos Migrantes, inicialmente trabalhando como observatório brasileiro sobre o tráfico de pessoas, e em 2013 passou a trabalhar como ONG – Organização Não Governamental, agora tanto com o tema da migração quanto com temas relacionados ao tráfico de pessoas e trabalho escravo, fortalecendo as ações de inclusão, cidadania e justiça social. A CAMI tem como objetivo trabalhar a dignidade da pessoa humana, combatendo o trabalho escravo, tráfico de pessoas e empoderamento de migrantes e seus direitos. E tem como missão, recolher e mobilizar os migrantes na luta por direitos, cidadania e empoderamento social, cultural e político, combatendo o trabalho escravo, xenofobia, tráfico de pessoas e prover o trabalho decente, fortalecimento e o reconhecimento da identidade e da diversidade cultural. O orador passou a informar sobre os diversos trabalhos e cursos desenvolvidos pelo CAMI, atendendo quase 380 alunos migrantes, durante os finais de semana. Um ponto de relevância falado pelo orador foi sobre a importância de se ter profissionais capazes de fazer escutas qualificadas de modo a descobrir de fato a origem de como os migrantes chegaram ao Brasil.

8) JOCUM/Jovens Com Uma Missão –Natália Vasconcelos Belarmino informou que a JOCUM é uma organização cristã missionária, filantrópica, interdenominacional, criada em 1960, em Kona, Havaí, e hoje está presente em 180 Nações ao redor do Mundo. No Brasil, são 56 locais de atuação da instituição. É uma organização empenhada na mobilização de jovens de todas as nações para a obra missionária e trabalha com projetos sociais e prevenção a crimes de tráfico de pessoas. Os trabalhos da JOCUM se baseiam no texto bíblico do livro de provérbios, capítulo 31, versículo 8.

### **3.Intercâmbio de boas práticas sobre enfrentamento ao tráfico de pessoas (Defensoria Pública da União)**

Em seguida, pelo tardar da hora a palavra foi passada para Leonardo Cardoso de Magalhães (DPU), que informou que a DPU tem vários grupos de trabalhos criados em 2013 e 2014, com temáticas como migrações, refúgios, população de rua, idosos, crianças e adolescentes, populações LGBTI, tráfico de pessoas. A DPU tem a proposta de intensificar os trabalhos com grupos específicos e vulneráveis. São cinco defensores públicos, cada um representando uma região do País, objetivando promover projetos, iniciativas e coordenar, em nível nacional, as atividades dos defensores públicos espalhados nas Unidades Brasileiras. O orador mencionou o Projeto Roraima, como sendo o primeiro projeto, desenvolvido em 2017, no âmbito do Glo.Act, com apoio da União Europeia e do UNODC, com o objetivo de prestar assistência jurídica aos venezuelanos. Dentro desse aspecto foram detectados trabalhos escravos, tráfico de pessoas e exploração de crianças e adolescentes. Foram divulgados os diversos projetos realizados pela DPU.

### **4.Intercâmbio de boas práticas sobre enfrentamento ao tráfico de pessoas Projeto Mapear (Polícia Rodoviária Federal)**

Gilvando Guilherme de Albuquerque Andrade (PRF) apresentou o Projeto Mapear e destacou que a PRF procura mapear pontos vulneráveis, em todas as rodovias federais, que têm ocorrência de exploração sexual contra crianças e adolescentes. O Projeto Mapear começou em 2003, sendo que em 2009 foi feita a parceira com a ONG Childhood, e a partir daí o Projeto passou a fazer a qualificação tanto dos pontos vulneráveis de EXCA – Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes como passou a dividi-los em quatro grupos: i) pontos críticos, ii) pontos de alto risco, iii) pontos de médio risco, iv) pontos de baixo risco. Esses pontos vulneráveis são pontos onde há uma grande chance de acontecer a exploração sexual de crianças e adolescentes. O mapeamento tem o intuito de a PRF confeccionar melhor suas políticas de prevenção e repressão a esse tipo de crime, direcionando esforços para os locais que existem maior probabilidade de ocorrência desse tipo de crime. O relator passou a expor experiências vividas pelo Projeto.

Jeanne de Aguiar Pinheiro de Souza (NETP/PE) ressaltou que o Estado de Pernambuco realizou o mapeamento nas rodovias estaduais em 2012, utilizando a metodologia do Projeto Mapear. E que essa prática deveria ser seguida por todos os Estados, para que não haja uma migração dos postos vulneráveis às rodovias estaduais.

## **5. Dúvidas e esclarecimentos**

1) Marco Aurélio Sousa (Projeto Resgate) sugeriu que a Polícia de Goiás também se envolva nesse trabalho, assim como propôs que o aplicativo utilizado pelos policiais, que indicam pontos de vulnerabilidade, seja disponibilizado para a sociedade. Ao que o Gilvando Guilherme comentou que esse assunto já foi discutido, mas é complicado a disponibilização do aplicativo para a sociedade porque por mais que o cidadão queira ajudar, ele terá que ter um olhar capacitado para esse tipo de crime e deve fazer um levantamento mais próximo possível do correto.

2) Marina Bernardes (CGETP/MJ) salientou a importância dos projetos da PRF como ferramentas para o III Plano Nacional, pensando também em exportar o projeto da PRF como uma boa prática brasileira.

3) Beth Fernandes (ASTRAL) sugeriu pensar em outras formas de aplicativos além do utilizado pela PRF e fortalecimento do Disque 100.

## **6. Apresentação sobre o modelo de monitoramento para o 3º ciclo da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas**

Após intervalo para o almoço, a Consultora UNODC/Glo.Act, Graziela Rocha, fez uso da palavra para apresentação do tema de pauta e informou que o UnoDC vem apoiando a Coordenação Nacional e o processo de construção e monitoramento do III Plano Nacional por entender as Nações Unidas que o Plano Nacional é uma questão central no tema do tráfico de pessoas. Lembrou as dificuldades para que o Conatrap continue a existir, portanto, sendo essencial que o próprio Conatrap reflita sobre seu papel na condução da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Lembrou que os trabalhos do Conatrap têm um processo histórico, que passa a existir a partir do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, e cria um sistema integrado de monitoramento da Política Nacional. A oradora contou um pouco sua história e como se envolveu na luta contra o tráfico de pessoas. Disse que o grande ganho do II Plano Nacional foi a Lei, o próprio Conatrap e a incorporação do tema na sociedade. Perguntou qual é o papel do Conatrap no terceiro ciclo da Política Nacional, e refletiu que o Comitê deve receber as demandas da sociedade e traduzi-las em influências para o Governo transformá-las em políticas públicas. Explicou do que trata o Plano Nacional, dizendo ser uma agenda de intenções de trabalho, que o Conatrap deve estar envolvido, gerando inteligência para que Governo e a Sociedade possam atuar, e por isso o Conatrap precisa gerar dados e informações sobre as vítimas do tráfico de pessoas, aprimorar, estudar e trazer outras experiências de outros países.

## **7. Dúvidas e Esclarecimentos**

1) A irmã Rosita Milesi (Diretora do IMDH) destacou a importância de se tomar medidas de políticas públicas a respeito do tema, mas sobretudo deve haver atenção imediata às pessoas que necessitam de apoio, senão elas ficarão inviabilizadas ou sofrendo as consequências das circunstâncias vividas.

2) Neilton Araújo de Oliveira (CNS) salientou a importância da reflexão feita, pois o assunto é complexo e não se pode resolver apenas com decreto, lei, reunião ou conselho. Chamou atenção para a importância de levar para o CNS tudo o que envolver informações e formas de mobilização, divulgação e empoderamento; e também reivindicações e cobranças para o Ministério da Saúde e outros órgãos no sentido de dar fortalecimento e importância à saúde. O orador se comprometeu a se articular com o grupo do Ministério da Saúde, para que esse leve o assunto ao Grupo Interministerial. Sugeriu que todos os presentes devem se mobilizar no sentido de se manifestarem e transformarem os assuntos sobre tráfico de pessoas em políticas públicas.

3) Graziela Rocha (UNODC/Glo.Act) enfatizou e informou que o Conatrap tem, em seu Regimento Interno, previsão de trabalhar em comissões separadas, com agendas próprias de atuação e proposições, que devem vir para deliberação do Plenário. A proposta apresentada pela oradora é que os grupos trabalhem sobre: i) fazer conexão entre tráfico de pessoas e trabalho escravo; ii) identificar o que é tráfico de pessoas e migrações, nas fronteiras; iii) tratar das especificidades dos grupos vulneráveis; iv) gerar dados de informação.

## **8. Trabalho em grupos**

Em seguida, os membros do Conatrap foram indicados para comporem Comissões. Os trabalhos iniciais das Comissões serão por meio virtual e grupos de Whatsapp. E por não haver tempo hábil, os grupos não se formaram para trabalho presencial neste evento.

## **9. Continuidade dos trabalhos em Plenária**

1) Renata Braz Silva (SNJ/MJ) disse que existe geração de dados e difusão de informações sobre o tráfico de pessoas, a deficiência está na conexão desses dados entre os diversos setores envolvidos com o tema.

2) Beth Fernandes (ASTRAL) sugeriu a criação de um aplicativo de prevenção de crimes dessa natureza.

3) Rosângela Maria Soares dos Santos (CNAS) destacou a importância da sinergia entre os membros do novo Conatrap, dizendo que o grande desafio para o ciclo da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas é a implementação de uma inteligência criativa, que tenha funcionalidade, e levar o que é discutido no Conatrap para os espaços de base de seus representantes, em especial espaços da Sociedade Civil. A oradora se colocou à disposição do Comitê para contribuir com o mesmo, nas questões apresentadas.

4) Janaina Costa de Oliveira Gadelha (PF) informou que a Polícia Federal disponibiliza, a cada ano, relatório consolidado dos procedimentos instaurados afetos aos crimes de direitos humanos. Esse relatório é consolidado anualmente pela Divisão de Direitos Humanos em consulta a procedimentos instaurados e aos indiciamentos efetuados no período, em todo o Brasil.

5) Stefane Natália Ribeiro e Silva (MDS) pediu sugestões de como criar aplicativo e mídia relacionados ao tema abordado nesta reunião, dizendo saber de pessoas e instituições que podem contribuir na criação de tais elementos.

6) Roque Renato Pattussi (CAMI) falou da importância da criação de uma rede nacional para juntos se fortalecerem e enfrentarem os problemas.

7) Graziella Rocha (colaboradora eventual) informou que a ideia dos grupos é dar agilidade aos trabalhos de inteligência.

## **10. Encaminhamentos**

1) Sobre a composição dos grupos de trabalho: i) composição dos grupos de trabalho e indicação de líderes de cada grupo; ii) elaboração de uma pauta regular de trabalho; iii) comunicação entre os grupos. Foi esclarecido que os trabalhos dos GTs não substituem as reuniões presenciais do Conatrap, pois aqueles trabalharão nos intervalos entre as reuniões plenárias. A próxima reunião está com data prevista para novembro de 2018. Marina Bernardes (CGETP/MJ) sugeriu criatividade de todos na busca de soluções, parcerias e utilização de aplicativos para agilizar os trabalhos dos grupos e compartilhamento informações e não esperar apenas as reuniões presenciais.

2) Elaboração de calendário de trabalho dos grupos. Renata Braz Silva (CGETP/MJ) informou que o Regimento Interno do Conatrap prevê três reuniões anuais, havendo orçamento. Sobre a criação de grupos, informou que inicialmente havia a intenção de separar as pessoas em grupos, mas em decorrência do horário, isso não foi possível. A Coordenação se comprometeu a criar um informativo e encaminhá-lo aos membros para que respondam e identifiquem em qual eixo cada membro gostaria de contribuir.

3) Participação dos membros de Governo no grupo de WhatsApp, uma vez que a próxima reunião tem previsão somente em novembro de 2018.

## **11. Encerramento**

O Secretário Nacional de Justiça e Presidente do Conatrap, Luiz Pontel, falou da importância da reunião e do comprometimento de todos. Reforçou fala anterior da Ofélia, quando disse que nenhum dos presentes tem a capacidade de tirar do bolso a solução para as questões apresentadas sobre o tráfico de pessoas: Estado e Sociedade Civil precisam um do outro, na construção coletiva das soluções. Mencionou que a questão financeira é uma dificuldade a ser enfrentada neste Comitê. Disse ser importante o fortalecimento da legislação. E este colegiado tem o papel importante de dar visibilidade ao tema do tráfico de pessoas e fazer com que o Estado Brasileiro trate do assunto de maneira

adequada. Praticamente todas as áreas de atuação da Secretaria, de forma transversal, têm vinculação com os direitos humanos, e por isso o assunto deve ser olhado de forma técnica, mas também sob a perspectiva dos direitos humanos. Ressaltou que deve se buscar apoio dos Estados e das instituições que operam na área dos direitos humanos, pois se trata de uma construção conjunta no enfrentamento às dificuldades, o que não é uma tarefa fácil. O Secretário reconheceu a luta dos presentes pela causa e a sensibilidade que cada um tem, e incentivou os mesmos para não desistirem, apesar das dificuldades. Agradeceu a presença de todos e desejou bom retorno às suas casas.

Brasília, 28 e 29 de maio de 2018.

**Maria Fernanda Jorquera Briceño**  
Secretária Executiva do Conatrap